



GT 39. Estudos etnográficos sobre cidadania

Coordenador(es):

Marcus André de Souza Cardoso da Silva (UNIFAP - Universidade Federal do Amapá)

Luís Roberto Cardoso de Oliveira (UNB - Universidade de Brasília)

A terceira onda democratizante na América Latina não se mostrou capaz de suprimir desigualdades estruturais nem garantiu a efetivação dos direitos civis e sociais dos cidadãos. Isto representou um desafio às abordagens formalistas da teoria política, incapazes de explicar satisfatoriamente as especificidades que caracterizaram este processo. Nesse cenário, a antropologia, com seu foco etnográfico, tem muito a contribuir para o debate sobre “direitos”, “cidadania”, “igualdade” e “justiça”. Ao deslocar a análise da dimensão formal da cidadania para como os direitos são vividos, concebidos e problematizados cotidianamente pelos atores sociais, abre-se espaço para perceber rearranjos e concepções distintas da formulação eurocêntrica. Ao fazer isso, os antropólogos têm desestabilizado abordagens que naturalizam o modelo liberal, demonstrando que não é possível compreender a “cidadania” como um status puramente legal que garante ao indivíduo um conjunto de direitos e deveres em sua relação com o Estado. Tendo isto em mente, o GT busca comparar e debater trabalhos etnográficos que abordem: como a “cidadania” é significada por diferentes atores associados às agências do Estado, ONGs, movimentos sociais e outros coletivos; como se dão as relações que estes diferentes atores estabelecem entre si; quais são os desafios metodológicos dos estudos etnográficos sobre “cidadania”.

De geração em geração: notas etnográfica sobre as diferentes concepções de cidadania nas periferias de São Paulo

Autoria: Leonardo de Oliveira Fontes (Cebap)

O objetivo deste work é discutir as mudanças nas formas de luta política e de concepção de cidadania entre diferentes gerações de moradores das periferias de São Paulo. Argumenta-se que a cidadania deve ser entendida como estratégia política (Dagnino, 1994) e, desse modo, deve ter seu conteúdo formulado a partir dos modos de vida e das dinâmicas concretas de luta política travadas em cada contexto histórico e social concreto. Desse modo, o texto acompanhará a trajetória de mobilização política de três gerações de mulheres de uma mesma família, moradora do distrito de Brasilândia, periferia norte de São Paulo. O work é fruto de uma pesquisa desenvolvida nas periferias paulistanas desde 2015 e busca acompanhar etnograficamente a trajetória dessa família apresentada a partir da trajetória da própria pesquisa de campo. Na geração da avó, a organização política se deu a partir da participação em Comunidades Eclesiais de Base, que serviram de alicerce para a formação de associações locais e para a mobilizações dos moradores das periferias em torno de pautas como a reivindicação de creches, postos de saúde, linhas de ônibus, asfaltamento, esgoto etc. Em um contexto de abertura política, a postura desses movimentos mostrou-se mais combativa, com repertórios de ação que buscavam formar e mobilizar as pessoas por meio de reuniões, abaixo-assinado e mobilizações de rua. Na geração da mãe, a organização política passa por um processo de institucionalização, em Organizações Não-Governamentais, sindicatos ou partidos políticos. Com isso, a participação política nessa geração passa a se dar, principalmente, por meio de canais de diálogo, negociação e parceria com o Estado, saindo de cena as grandes mobilizações e outras formas de ação mais combativas. Finalmente, na geração da filha, a organização política torna-se mais fluida e descentralizada, centrada principalmente em coletivos que militam em torno de pautas de cunho identitário, como racismo e feminismo e que têm na cultura sua principal frente de atuação. Com a ocorrência de mobilizações coletivas mais expressivas como as manifestações de junho de 2013 e as ocupações de escolas públicas em 2015,



**Reunião Brasileira
de Antropologia**

SABERES INSUBMISSOS:
DIFERENÇAS E DIREITOS
RIO 2020

www.portal.abant.org.br/evento/rba/32RBA

ISBN: 978-65-87289-08-3

essa nova geração parece voltar a flertar com repertórios de ação mais combativos e menos negociais.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: